



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

VIAGEM AO URUGUAI

Abertura da reunião do Grupo dos Oito
Punta del Este, Uruguai
27 de outubro

Em seu discurso na reunião do «Grupo dos Oito», em Punta del Este, Uruguai, o Presidente Sarney critica duramente o governo norte-americano por suas atitudes protecionistas e volta a afirmar sua crença de que o futuro da América Latina está em sua integração.

8 de outubro — O resultado do plebiscito no Chile, segundo o Presidente José Sarney, confirma o processo de redemocratização da América Latina, no qual o Brasil assumiu a vanguarda.

14 de outubro — A inflação está se acelerando: mais de 27% em outubro.

20 de outubro — A partir do dia 30, vários produtos brasileiros pagarão uma sobretaxa de 100% quando entrarem no mercado americano: os Estados Unidos decidem impor sanções sob o argumento de que o Governo brasileiro se recusa a proteger as patentes americanas de produtos farmacêuticos e de química fina.

Em Acapulco, há quase um ano, demos um passo histórico em direção à unidade e à integração de nossos povos.

Avançamos. Exploramos e ampliamos áreas de convergências.

Hoje, aqui em Punta del Este, símbolo da hospitalidade do povo uruguaio, prosseguimos.

Nesta segunda reunião de presidentes, aprofundaremos a reflexão sobre os problemas que afligem a América Latina e o Caribe.

O quadro é complexo. Nossas democracias enfrentam sérias ameaças: a dívida, o protecionismo, a inflação, riscos de recessão e desemprego, bolsões de fome e miséria. Nossa luta por debelar a pobreza, o atraso e a dependência continua a enfrentar obstáculos dramáticos, muitos dos quais encontram suas raízes em fatores alheios à região e derivam da manutenção de uma ordem internacional injusta e anacrônica.

Permanecemos à mercê, no campo comercial, de ameaças e da imposição de medidas retaliatórias unilaterais, que obedecem à lógica da prepotência, sem amparo no direito internacional e nos acordos multilaterais.

Continua a América Latina submetida à condição angustiante de exportadora de capitais. A crise da dívida repercute duramente sobre nossos povos. Afeta as perspectivas de desenvolvimento econômico e compromete o futuro. A região transferiu para o exterior, desde 1982, cerca de 200 bilhões de dólares, a título de juros. A relação do total da dívida com o produto nacional bruto deverá ultrapassar os 57%. São números inacreditáveis. São responsáveis pelo retrocesso que caracteriza nossas economias.

Crescer é, para nós, mais do que uma aspiração. É um imperativo inarredável.

O Brasil tem feito um esforço gigantesco para ajustar sua economia. É um exemplo ilustrativo. Não temos visto a mesma determinação nos países desenvolvidos.

Buscamos formas de interação com o sistema financeiro internacional, que resguardem nossa soberania e os interesses do País.

Os resultados estão, porém, distantes de nossas expectativas.

Os extraordinários saldos obtidos em nossa balança comercial continuam em larga medida a ser repassados ao exterior para saldar o serviço da dívida externa.

A inflação atingiu limites intoleráveis, comprometendo o bem-estar de toda a população, corroendo o poder de compra dos salários, inibindo os investimentos produtivos. A desigualdade na distribuição de rendas gera o contínuo empobrecimento de amplas camadas sociais. Sem recursos, torna-se inviável qualquer política de revigorar a economia, pois não há como investir, por exemplo, em bens de capital.

Nossos custos políticos são altíssimos. E todos nós os aceitamos como parte do nosso heróico dever, em conjuntura tão complexa e difícil.

Tenho dito sempre — e repito: sem um envolvimento decidido dos governos, ou seja, sem um comprometimento político co-responsável por parte de credores e devedores, não haverá solução justa e duradoura para a questão da dívida, que deve passar, inexoravelmente, pela diminuição do seu estoque.

Nessa linha, precisamos buscar fórmulas para resolver a questão da dívida intralatino-americana. Trabalharemos com o nosso exemplo. O Brasil acumulou créditos de mais de 3 bilhões de dólares relativos a parceiros latino-americanos. Queremos dar tratamento privilegiado a nossos devedores, sem o que diminui-se a capacidade de financiar o comércio e novos programas de integração.

Mas é necessária a implantação na nossa região de mecanismos para a redução nos pagamentos e de novos procedimentos para o reescalonamento.

Para tanto, estamos impedidos por diretrizes fixadas nos organismos internacionais.

Necessitamos de uma flexibilização das regras do Clube de Paris, que estabelecem que um devedor não poderá outorgar a outros devedores fora do Clube condições mais favoráveis do que as concedidas aos credores nele congregados.

Acredito que uma manifestação conjunta dos presidentes aqui reunidos poderá propiciar avanços.

Estaremos, assim, dando um exemplo concreto de nossa disposição de dar, em nossa região, um tratamento político à questão da dívida, em consonância com as posições que vimos longamente defendendo no plano multilateral.

Os países credores não podem deixar de sensibilizar-se para esse fato.

Não obstante todas as dificuldades econômicas, o Brasil tem feito avanços significativos no processo de consolidação democrática e institucional.

A nova Constituição que acaba de entrar em vigor em meu País busca assentar as bases de um Brasil moderno e democrático; renova em suas instituições. Consagram-se aspirações que englobam todas as camadas sociais, sem distinção de credo, facção política ou situação econômica.

O novo texto constitucional brasileiro confere especial atenção à proteção ao meio ambiente, uma das principais questões com que se deparam hoje todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ciente da importância de que o desenvolvimento se faça de forma racional e equilibrada, e atento à necessidade de evitar que se repitam em nosso País os processos de destruição ecológica que marcarão a ocupação humana em outras regiões do globo, lancei há poucas semanas o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal. Esse programa tem por finalidade a proteção ao meio ambiente e dos recursos naturais renováveis brasileiros.

Estamos firmemente decididos a trabalhar em conjunto com os demais países da América Latina e do Caribe para proteger a ecologia em nossos territórios e nos oceanos que nos circundam, bem como para evitar a poluição no espaço exterior. Seria desejável que as instituições financeiras internacionais e os governos dos países desenvolvidos traduzissem sua vontade numa solidária participação com recursos para a execução dos projetos nacionais de conservação e preservação da natureza. Poderiam, assim, contribuir de forma positiva, com objetividade e verdadeiro apoio.

Ao mencionar a importância das iniciativas nacionais e da cooperação internacional em matéria de proteção ecológica, não podemos esquecer que a maior ameaça do meio ambiente é, reconhecidamente, a existência de arsenais nucleares e outras armas de destruição em massa. Como proteger a natureza se as grandes potências têm o poder de extinguir a vida? Os processos de fabricação, testes e armazenamento de armas nucleares acarretam gravíssimos riscos ao meio ambiente, que não podem ser minimizados. A total eliminação dessas armas é, pois, a tarefa principal para garantir às gerações futuras a sobrevivência na face da terra.

Mas, há uma tendência escapista de apontar os países subdesenvolvidos como maiores responsáveis por danos ecológicos. Estes não são os vilões. A maior de todas as nossas poluições é a pobreza e quanto mais formos asfixiados por uma ordem injusta, mais este potencial aumentará.

Não devemos, também, esquecer que os países desenvolvidos destruíram a capa vegetal de suas áreas e construíram uma civilização industrial, que diariamente lança milhões de toneladas de gases tóxicos, destruindo a atmosfera que é a grande protetora da vida.

O quadro de deterioração da situação econômica favorece, por outra parte, o aumento, em alguns de nossos países, de atividades relacionadas à produção e ao tráfico indevido de entorpecentes, um dos grandes problemas do nosso tempo. Reconhecemos a dimensão e a gravidade do problema e temos atuado, tanto no plano interno, quanto no da cooperação regional e internacional, para combatê-lo de maneira eficaz. A solidariedade que nossos países têm demonstrado, em tantas oportunidades, deve ampliar-se.

Somente será possível, porém, conter a crescente ameaça das drogas com medidas efetivas para reduzir drasticamente sua demanda nos grandes centros consumidores e se forem adotados controles severos que impeçam o funcionamento dos mecanismos de lavagem de dinheiro no sistema financeiro internacional. É necessário que se adote, com urgência, providências para impedir a livre circulação dos rendimentos dos traficantes, seja nos sistemas financeiros nacionais, seja no próprio sistema financeiro interna-

cional. Impõe-se, também, o estabelecimento de controles rígidos do comércio de precursores químicos, o que vem sendo feito, com grande êxito, no Brasil.

Em pouco menos de dois anos, o mecanismo de consulta exibe significativo cabedal de avanços e realizações.

Devemos dar vigoroso e continuado apoio aos esforços em prol da integração, encetados sobretudo no âmbito da ALDI.

Nosso futuro dependerá de nossa capacidade de forjar um verdadeiro espaço econômico integrado em nossa região. O mercado comum latino-americano não é um sonho. É uma imposição histórica. A independência que Bolívar construiu no seu heroísmo visionário será unidade com nossas mais dadas na construção da integração econômica.

Deparamo-nos, hoje, com um cenário político internacional em certos aspectos menos tenso do que aquele de há um ano. São talvez menores as ameaças à paz. As duas superpotências parecem haver reencontrado o caminho da distensão, do diálogo.

Com satisfação, registramos a evolução das recentes negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética, no âmbito do desarmamento. O entendimento entre as superpotências tem contribuído expressivamente para a construção de um clima de desanuviamiento entre o Leste e o Oeste.

Em minha recente visita à União Soviética, levantei essas questões com o presidente Gorbachev. Encontrei nele uma disposição muito positiva para o diálogo e a cooperação. Uma visão universal na construção da paz.

Se foi possível registrar progressos em alguns focos de tensão no mundo, infelizmente, porém, prossegue a crise na América Central, consumindo vidas e esforços que poderiam ser destinados à construção de sociedades justas e prósperas.

Urge dobrar energias para lograr a paz naquela área. Torna-se tanto necessário revigorar o sistema interamericano, promovendo-se a sua universalização.

Mais do que nunca, a América Latina está convencida de que seu futuro está na integração e na concentração.

Este foi o sentido do compromisso de Acapulco, expressão autêntica de nossos ideais e instrumento de nossa vontade política de ação conjunta.

Este é o caminho reservado a nossos povos. É a lição da experiência que partilhamos no continente.

Em meu País, a integração latino-americana, tão cara a todos os brasileiros, é objetivo recolhido no contexto da nova Constituição.

O Título I, que trata dos Princípios Fundamentais da Nação, afirma:

«A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social, cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações».

Unidos e solidários, partimos para a ação, para as conquistas, para as realizações.